



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 1.445, DE 12 DE ABRIL DE 2021

Define obrigação de pequeno valor atendendo ao disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam definidas como obrigações de pequeno valor as fixadas nesta lei para o pagamento direto, sem precatório, pela Fazenda Pública Municipal;

Art. 2º Os débitos de pequeno valor contra a `Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatório;

Art. 3º Para os fins do disposto no artigo 1º fica definido como valor máximo para pagamento da Obrigação de pequeno Valor - OPV, o Corresponde ao maior benefício pago pelo regime de previdência social;

Art. 4º O pagamento o titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 90(noveenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório OPV, devendo ser demonstrado o trânsito, em julgado, da sentença e a liquidez da obrigação;

Art. 5º Considera-se débito ou obrigação de pequeno valor o montante bruto apurado na conta de liquidação homologada, aqui incluídos todos os valor es em execução, sendo admissível desmembrar o valor devido a cada beneficiário do crédito, em caso de litisconsórcio, para que seu pagamento se faça mediante requisição de OPV, quando o total homologado seja superior ao estipulado como débito de pequeno valor ;

Parágrafo único. É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução ou ainda, a expedição de precatório complementar ou suplementar para que seu pagamento se faça em parte, na forma de OPV e, em parte, mediante expedição de precatório;

Art. 6º Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº **4.320**, de 17 de março de 1964;

Art. 7º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 1º o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor , na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 12 dias do mês de Abril de 2021.

Luiz Lazaro Sorvos

Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 19/07/2023